

Brasília, 13 de maio de 2026

Seleção

Sumário

CNN Brasil Online

Quarta-feira, 13 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Indicação geográfica amplia comércio exterior e turismo rural 3

Money Report

Terça-feira, 12 de maio de 2026 | Patentes

Brasil enfrenta barreiras para converter conhecimento em inovação empresarial 5

Época Negócios - Online

Terça-feira, 12 de maio de 2026 | Patentes

Inovação não é ideia, é gestão 6

Terra - Notícias

Terça-feira, 12 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Disputa de luxo na Justiça: Louis Vuitton sofre derrota em processo contra marca d... 8

Terça-feira, 12 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Tribunal da UE dá parecer favorável à Itália contra Meta 10

Monitor Mercantil Digital online

Terça-feira, 12 de maio de 2026 | ABPI

FMI e Banco Mundial fazem mal à saúde 11

Notícias FIESP/CIESP

Terça-feira, 12 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Fiesp e INPI assinam protocolo de intenções para fortalecer cooperação institucio... 13

Indicação geográfica amplia comércio exterior e turismo rural



A Indicação Geográfica, reconhecimento concedido a produtos por sua origem única, tem impulsionado as vendas de cultivos e produtos de diversas regiões do país para o exterior, com negociações que agregam valor às localizações originárias. Especialistas avaliam que a relação de informação e proximidade entre produtores e consumidores também impulsiona o turismo rural e o desenvolvimento econômico.

Segundo o **INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)**, o Brasil alcançou 150 **Indicações Geográficas** nacionais reconhecidas até dezembro de 2025. Desse total, 119 são Indicações de Procedência (IP) e 31 são **Denominações de Origem** (DO). Considerando também os registros estrangeiros reconhecidos no país, o total chega a 161 IGs registradas no Brasil.

Kelly Lissandra Bruch, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especialista em IG, destaca que a indicação geográfica traz valor em toda a região. "Com o selo, o turismo rural é impulsionado, assim como os negócios locais, como restaurantes, hotéis e novos produtos impulsionados por demandas regionais", explicou.

Como benefícios, há o valor pela escolha do produto com selo de identificação geográfica em detrimento de outros, que não possuem especificações de origem e procedência. Por outro lado, o valor agregado sobre esses produtos também é um diferencial, uma vez que sua especificidade o torna mais valorizado em relação aos preços de demais produtos no mercado.

"Precisamos saber como aquele produto já era produzido, quais são as características que garantem que aquela cultura e aquela tradição sejam preservadas, e isso deve ser estabelecido no caderno de especificações técnicas. A partir disso, todos os produtores seguem essas delimitações", destacou.

O caderno de especificações técnicas não define novas práticas, mas apenas reconhece o que já é feito em conjunto pelos produtores daquelas regiões. Há duas modalidades de reconhecimento: a indicação de procedência e a indicação de origem. "Para o caderno de especificações técnicas, normalmente, não é preciso trazer documentos que comprovem a indicação. Pois, na verdade, esse retrata a prática dos produtores, e o que preciso levar para a comprovação são provas de que o produto é realmente conhecido", destacou a professora.

Na indicação de procedência, o foco é reconhecer o produto que se tornou conhecido. Um exemplo comum é o chocolate de Gramado, em que a procedência da cidade está diretamente ligada à reputação do produto. A procedência é demonstrada por meio de relatórios, reportagens, jornais e entrevistas. Ou seja, documentos que juntem informações ao longo do tempo.

Por outro lado, na denominação de origem, o que precisa ser comprovado é se determinado produto tem relação com o meio geográfico. Um exemplo de indicação por origem é o arroz do litoral norte gaúcho, que possui características únicas, como a transparência mais acentuada dos demais devido ao cultivo entre a lagoa e o mar. A origem é comprovada com estudos técnicos e científicos, que demonstram que aquele produto tem relação com o meio geográfico.

O selo de indicação geográfica também amplia uma demanda internacional por produtos brasileiros, como no caso do ginseng produzido em Querência do Norte, no extremo noroeste do Paraná.

Demanda internacional

Segundo Misael Jefferson Nobre, presidente da Associação de Pequenos Agricultores de Ginseng de

Querência do Norte (Aspag), a conquista da IG responde a uma demanda antiga do mercado internacional. "Já exportamos para países como China, França e Japão, e muitos clientes pediam um reconhecimento diferenciado. Agora, com a Indicação

Geográfica, teremos mais visibilidade e novas oportunidades de negócios", explicou.

O dirigente também destaca que o produto da região possui características semelhantes ao ginseng asiático, com qualidade reconhecida por compradores internacionais. "Nosso objetivo é oferecer ao consumidor brasileiro um ginseng puro, orgânico e de alto padrão, ao mesmo tempo em que expandimos nossa presença global", concluiu

A produção de leite na China, por exemplo, à base de castanha, já busca a recente castanha de caju da Serra do Mel, no Rio Grande do Norte, certificada no final de novembro de 2025, e já busca a difusão para o mercado. "Essa certificação expandiu nossos horizontes e serviu muito para novos consumidores saberem sobre aquilo que estão comprando ou investindo", destacou Glenda Lira, engenheira agrônoma ligada ao Aprocastanha.

Especialistas do escritório Di Blasi, Parente & Associados apontam que a IG deve ser tratada como parte de uma estratégia mais ampla de proteção jurídica, integrada à gestão de marcas e inovação.

De acordo com Nicole de Alencar, advogada especializada em **Propriedade Intelectual**, a **Indicação Geográfica** protege o vínculo entre o território de origem, o saber-fazer local e a reputação construída em torno de determinado produto ou serviço ao longo do tempo.

"A IG protege a origem geográfica e o padrão associado a ela, enquanto as marcas permitem que cada produtor construa seu posicionamento comercial próprio dentro desse padrão. Essa combinação contribui para ampliar a proteção jurídica e agregação de valor no longo prazo", afirmou.

Segundo a especialista, quando não há gestão adequada de marcas e outros ativos de **propriedade intelectual**, produtos com IG ficam mais vulneráveis a conflitos e usos indevidos do nome geográfico. Esse cenário pode enfraquecer a capacidade de controle e defesa da indicação, além de comprometer sua segurança jurídica e seu valor econômico.

Indicações pelo Brasil

Com a qualidade estabelecida pelo selo, você pode alcançar outros canais e garantir estabilidade. Um produto no supermercado pode ser diferenciado por conta do controle e informações disponíveis acerca da indicação, o que impulsiona a demanda e maior produtividade de cultivos.

Também no Rio Grande do Sul, o Vale dos Vinhedos é reconhecido por produzir vinhos e possui a denominação de procedência e origem, o que exige especificações documentais e técnicas que ajudam a demonstrar a notoriedade do produto.

Junto aos materiais científicos, o caderno de especificações técnicas é responsável por descrever as práticas de produtores rurais para a adequação a produtos. O caderno não pode reunir ações que não sejam observadas na prática, pois este documento é enviado ao **INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)**.

O tempo para obter uma Indicação Geográfica no Brasil pode variar bastante, mas, em média, o processo leva entre 2 e 5 anos, dependendo do nível de organização dos produtores, da complexidade técnica e da tramitação.

O Café do Cerrado Mineiro e o Queijo Canastra são alguns dos selos nacionais mais reconhecidos e ultrapassaram as etapas de levantamento, análises, estruturação, protocolo e aprovação de uma IG.

No Rio Grande do Sul, a cebola de São José do Norte está no processo de adequação e solicitação do selo, assim como a rapadura de Santo Antônio da Patrulha e a erva mate do Alto do Taquari, que buscam a identidade e qualidade do produto para impulsionar a produtividade e comércio local.

No Brasil, algumas indicações se destacam por sua notoriedade e exclusividade, como a Castanha de Caju de Serra do Mel (RN) e o espumante de Altos de Pinto Bandeira (RS); ambos representam a primeira denominação do selo para os produtos em território nacional.

O principal órgão responsável pelo reconhecimento da **Indicação Geográfica** é o **INPI**, mas o processo normalmente envolve uma rede de instituições públicas e privadas que auxiliam na estruturação técnica, jurídica e organizacional da IG. Dentre essas, estão Embrapa, Sebrae, universidades e institutos federais.

Brasil enfrenta barreiras para converter conhecimento em inovação empresarial



Estudo do Insper identifica os principais gargalos que limitam a inovação de alto impacto no país

O Brasil mantém uma base inventiva ativa, mas ainda enfrenta sérios obstáculos para transformar conhecimento em inovação empresarial. O primeiro relatório do Observatório de Inovação e Empreendedorismo do Insper mostra que, apesar da estabilidade em torno de 25 mil depósitos de **patentes** anuais desde 2017, a maioria esmagadora vem de empresas estrangeiras. Em 2023, 80,4% dos pedidos foram feitos por não residentes, com os Estados Unidos liderando e a China avançando rapidamente. O dado reforça que o país é visto como mercado estratégico para proteção de tecnologias globais, mas revela a baixa presença de empresas nacionais em setores de alta intensidade tecnológica.

Outro gargalo está na predominância acadêmica. Universidades ocupam 37 das 50 posições entre os

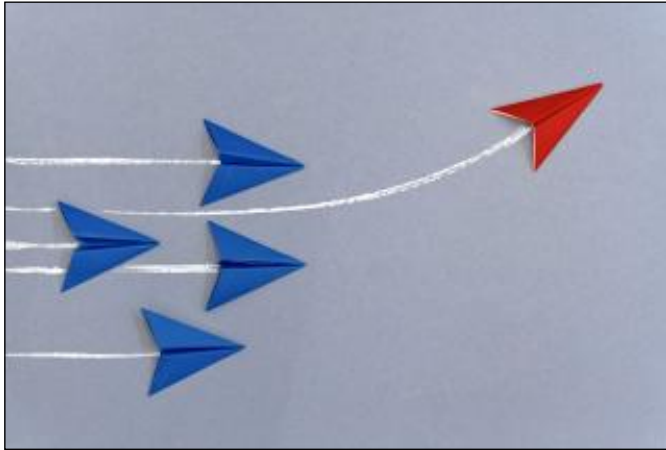
maiores depositantes de **patentes**, enquanto apenas 11 empresas figuram na lista. Esse protagonismo acadêmico, embora positivo em termos de produção científica, expõe a dificuldade de transferir tecnologia para o setor privado. O resultado é um grande volume de conhecimento sem aplicação comercial imediata, o que limita a competitividade empresarial.

Geograficamente, a atividade inventiva segue concentrada nos polos tradicionais do Sudeste e Sul, com São Paulo isolado na liderança. Setorialmente, o país ainda foca em áreas industriais clássicas, como Engenharia Civil e máquinas especiais, enquanto perde espaço em fronteiras tecnológicas dominadas por players internacionais.

"**Patentes** não são apenas um indicador acadêmico, mas sinais econômicos e competitivos que ajudam a orientar decisões estratégicas. Este primeiro relatório mostra com clareza onde o país já construiu capacidade e onde ainda perde valor, especialmente na transformação de invenções em soluções que ganham escala e chegam ao mercado", afirma Rodrigo Amantea, head do Hub Paulo Cunha (imagem).

O relatório conclui que o país precisa avançar na consolidação da inovação como estratégia empresarial estruturada. Isso exige maior protagonismo do setor produtivo, incentivos adequados e coordenação entre academia e empresas. Sem essa conexão, o Brasil continuará ampliando sua capacidade inventiva sem conseguir convertê-la em vantagem competitiva sustentável.

Inovação não é ideia, é gestão



Enquanto a invenção não for tratada como insumo de um sistema orientado à aplicação, o Brasil continuará gerando conhecimento que não se converte em valor econômico

O Brasil depositou mais de 25 mil **patentes** de invenção em 2023. À primeira vista, o número sugere dinamismo. No entanto, o relatório "Panorama Nacional de Depósitos de **Patentes** no Brasil (2000-2023)", divulgado pelo Observatório de Inovação e Empreendedorismo do Insper em março de 2026, revela um quadro menos favorável: 80,4% dessas **patentes** são de origem estrangeira. Entre as nacionais, a maior parte vem de universidades e instituições de pesquisa. Em 2024, 37 dos 50 maiores depositantes eram acadêmicos, contra apenas 11 empresas. A leitura ganha mais contexto na cobertura da Época Negócios, que explicita um ponto central: o país tem capacidade de gerar conhecimento, mas dificuldade em levá-lo ao mercado.

O problema, portanto, não parece estar na "invenção", mas na sua conversão em valor real. A maior parte dessas **patentes** não se transforma em produto, serviço ou processo com impacto econômico; permanece protegida, mas economicamente inerte. No centro dessa lacuna está uma confusão recorrente nas organizações. "Invenção" é a criação de algo novo, seja um conceito técnico, um protótipo ou uma **patente**. "Inovação" só se materializa quando essa criação é incorporada à prática e produz efeito mensurável, seja em receita, eficiência, qualidade

ou vantagem competitiva. Sem impacto econômico, não há inovação. Há apenas potencial não realizado.

Essa definição ganha precisão quando se observa a formulação clássica de Joseph Schumpeter, economista austro-americano que tratou a inovação como motor fundamental do desenvolvimento econômico. Para ele, inovar é introduzir novas combinações na economia real, o que inclui novos produtos, novos processos produtivos, novos mercados, novas fontes de insumo ou novas formas de organização. Em termos atuais, isso se traduz em três frentes principais dentro das empresas: inovação em produto, quando se altera a oferta; inovação em processo, quando se transforma a forma de operar; e inovação no modelo de negócio, quando se redefine a lógica de geração e captura de valor. Inovação é um fenômeno econômico e organizacional, não apenas tecnológico.

Essa distinção permite enquadrar o caso brasileiro com mais rigor. O país produz invenção, mas não sustenta o processo que a transforma em inovação nessas diferentes dimensões. Entre uma e outra, existe um sistema que precisa operar de forma integrada. É precisamente esse sistema que apresenta falhas recorrentes.

Parte da explicação está na forma como estruturamos a produção de conhecimento. O avanço das universidades no depósito de **patentes** foi relevante, impulsionado por políticas públicas e métricas acadêmicas. No entanto, o incentivo à proteção intelectual nem sempre vem acompanhado de viabilidade de aplicação. Muitas tecnologias são desenvolvidas sem conexão clara com demandas de mercado. Do lado das empresas, o movimento complementar também não se consolidou. A capacidade de absorver, desenvolver e explorar **propriedade intelectual** ainda é limitada. O resultado trágico é um desalinhamento estrutural entre quem gera conhecimento e quem poderia transformá-lo em negócios.

Esse desalinhamento se agrava por uma limitação mais fundamental. Os modelos de gestão tradicionais não sustentam o ciclo completo da inovação. É

comum tratar inovação como iniciativa paralela, apartada da estratégia e da operação do dia a dia.

Nesse arranjo, ideias são desenvolvidas fora do "fluxo principal" e depois precisam ser incorporadas a um sistema desenhado para otimizar eficiência, previsibilidade e controle. O desfecho tende a ser previsível, com rejeição, atraso ou diluição diante das exigências cotidianas da organização.

A lógica lean oferece um contraponto relevante. Inovação não começa com ideias, mas com problemas concretos que precisam ser resolvidos. A partir deles, equipes investigam causas, testam hipóteses e desenvolvem alternativas para soluções com base em método científico. Quando esse ciclo é bem conduzido, a inovação deixa de ser um elemento externo e passa a ser resultado do próprio funcionamento do sistema de gestão. Isso aumenta a probabilidade de aplicação, porque a solução já nasce conectada à operação e à necessidade real.

Na ausência dessa lógica, o padrão se repete. Iniciativas travam em estruturas burocráticas, decisões se perdem em camadas hierárquicas e soluções não encontram aderência às reais necessidades da organização e do mercado. O resultado é desperdício de conhecimento e subutilização de talentos. O próprio relatório do Insper reforça esse ponto ao indicar que o país possui massa crítica de pesquisadores e inventores, mas não consegue converter esse ativo em vantagem competitiva.

Os padrões de liderança e comportamento organizacional ampliam esse problema. Inovação depende de um ambiente onde problemas possam ser expostos, analisados e tratados com rigor. Estruturas baseadas em comando e controle tendem a inibir esse comportamento. Líderes orientados exclusivamente por resultados de curto prazo comprimem o espaço para experimentação e aprendizado. Sem isso, o sistema deixa de gerar conhecimento novo e passa a apenas repetir padrões existentes.

A inovação permanece desconectada da estratégia, a integração entre empresas e universidades é limitada, a colaboração é episódica, não há gestão estruturada de portfólio e faltam lideranças capazes de traduzir conhecimento técnico em oportunidade de negócio. Com o avanço da IA generativa que estamos vivenciando, esse desequilíbrio tende a se acentuar. O volume de ideias aumenta rapidamente, enquanto sua conversão em aplicações concretas continua condicionada à qualidade da gestão.

A resposta talvez não esteja em ampliar a geração de ideias, mas em qualificar o sistema organizacional que as transforma em valor. Isso implica posicionar a inovação no centro da estratégia, com conexão direta às prioridades do negócio; estruturar mecanismos efetivos de colaboração com universidades e startups; desenvolver lideranças com visão sistêmica; proteger tempo e recursos para experimentação disciplinada; adotar métricas que combinem desempenho financeiro com aprendizado; e utilizar IA para acelerar a aplicação, não apenas a criação.

A lacuna fundamental é explícita. O Brasil não tem um problema de criatividade, mas de gestão da inovação. Enquanto a invenção não for tratada como insumo de um sistema orientado à aplicação, o país continuará gerando conhecimento que não se converte em valor econômico. Inovação, no sentido schumpeteriano, não é a ideia em si, mas sua inserção efetiva na dinâmica econômica. É justamente essa conexão eficaz que nos falta. Sem ela, a produtividade fica estagnada, a competitividade se deteriora e o crescimento perde sustentação. Tratar essa lacuna como prioridade não parece opcional. Lembremos, sempre, que é exatamente isso o que define a capacidade de um país em transformar conhecimento em prosperidade.

Disputa de luxo na Justiça: Louis Vuitton sofre derrota em processo contra marca de Portugal por propriedade intelectual envolvendo logomarca icônica



A icônica Louis Vuitton, famosa por sua logomarca de sucesso, está no centro de uma disputa legal com uma pequena marca portuguesa, mas acabou se dando mal na Justiça. Entenda!

Uma das maiores grifes de moda do mundo, a Louis Vuitton está envolvida em uma grande polêmica na Justiça. Uma das mais requisitadas por famosos, em especial pelas bolsas de luxo, a marca italiana se tornou icônica com sua logomarca, já clássica, com as letras "L" e "V"... e foi este justamente o motivo de uma derrota judicial.

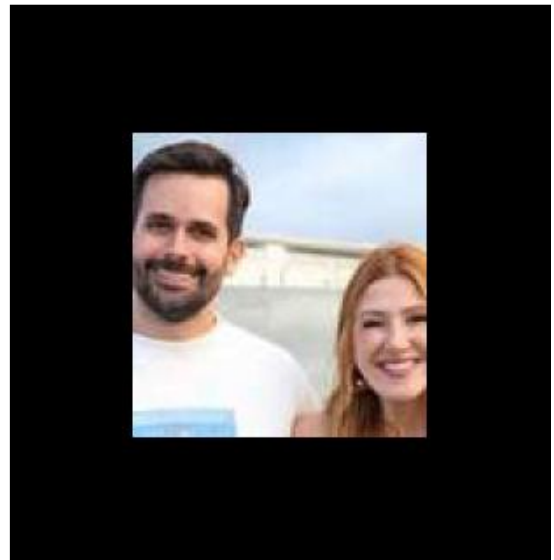


Christiane Torloni, 69 anos: 'Tenho a rotina de quem quer manter o corpo saudável. Tento me alimentar bem, dormir bem, ter uma prática física'.
Foto: AGNews / Purepeople

De acordo com informações do site Euronews, a Louis Vuitton moveu uma ação judicial contra a Licores do Vale, uma pequena empresa produtora de licores criada em Monção, no norte de Portugal. O motivo foi o fato da empresa ter registrado o

nome 'LV - Licores do Vale', que inclusive foi aceito pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial**.

Na contestação apresentada à Justiça, a Louis Vuitton alegava que havia semelhança com sua logomarca tradicional. De acordo com a grife, que possui um modelo inusitado em tamanho microscópico, o uso poderia configurar aproveitamento indevido do prestígio da grife de luxo.



Dani Calabresa e marido são processados na Justiça por advogado; ação envolve alugamento em imóvel de luxo no RJ. Foto: AGNews / Purepeople

Louis Vuitton alegava semelhança e 'aproveitamento da marca'

Para a Louis Vuitton, a disposição das letras criava uma proximidade visual e conceitual com sua marca registrada. Já os responsáveis pelo negócio português defendiam que o símbolo nascia da própria identidade da empresa e da região de Longos Vales, sem intenção de copiar a casa francesa.

Continuação: Disputa de luxo na Justiça: Louis Vuitton sofre derrota em processo contra marca de Portugal por propriedade intelectual envolvendo logomarca icônica



Ismael Galancho, nutricionista: 'Quando uma pessoa reduz os carboidratos em sua dieta, perde peso e volume rapidamente'. Foto: Reprodução, Instagram @isamelgalanchoreina / BrazilNews - Patrícia Devoraes / Purepeople

Na ação, a Louis Vuitton alegou que o logotipo português seria "idêntico ou semelhante" ao seu e citou o risco de exploração do prestígio associado à marca francesa. A grife também acusou de "aproveitamento ...

Veja mais



Christiane Torloni, 69 anos: 'Tenho a rotina de quem quer manter o corpo saudável. Tento me alimentar bem, dormir bem, ter uma prática física'. Foto: AGNews / Purepeople

Matérias relacionadas

Ivete Sangalo derrotada na Justiça: entenda a reviravolta em processo sobre dívidas de apartamento penhorado que envolve a cantora



Dani Calabresa e marido são processados na Justiça por advogado; ação envolve alugamento em imóvel de luxo no RJ. Foto: AGNews / Purepeople

Ex-Dominó ganha processo na Justiça contra locutor de rádio; radialista fez graves acusações envolvendo Gugu Liberato e membros da boy-band

Livia Andrade disputa com ex, Marcos Araújo, hotel de luxo em SC; local envolve momento de tensão extrema na vida da apresentadora da Globo



Ismael Galancho, nutricionista: 'Quando uma pessoa reduz os carboidratos em sua dieta, perde peso e volume rapidamente'. Foto: Reprodução, Instagram @isamelgalanchoreina / BrazilNews - Patrícia Devoraes / Purepeople

Erika Hilton sofre derrota na Justiça em caso semelhante à acusação contra Ratinho por transfobia ao vivo no SBT. Detalhes!

Dani Calabresa e marido são processados na Justiça por advogado; ação envolve alugamento em imóvel de luxo no RJ

Tribunal da UE dá parecer favorável à Itália contra Meta



Empresa contestou direito de remuneração por uso de conteúdo jornalístico

O Tribunal de Justiça da União Europeia deu parecer favorável à Itália contra a Meta, ao decidir que o país tem o direito de exigir que as editoras de conteúdo jornalístico recebam uma compensação justa das plataformas online que utilizam seu conteúdo. A decisão foi anunciada nesta terça-feira (12).



Casal foi detido em avião da Copa Airlines Foto: Kevin Carter/Getty Images

A Agência Reguladora das Comunicações da Itália (Agcom) levou o caso à Justiça do bloco após a gigante americana, que controla o Facebook e o Instagram, contestar uma lei nacional que estipula que as empresas de imprensa têm o direito de ser pagas pelo uso online de suas publicações.

De acordo com a Meta, os critérios definidos pela Agcom sobre o caso, tendo como base a legislação

nacional, eram incompatíveis com a Diretiva sobre **Direitos Autorais** no Mercado Único Digital e com a liberdade de atividade empresarial garantida pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.



Montagem com elemento metálico inserido em edição posterior sobre foto de descampado tirada pelo FBI para retratar avistamento de OVNI por testemunha em setembro de 2023. Foto: FBI via Departamento de Guerra dos EUA / Divulgação

No entanto, os juízes da UE consideraram que o direito à remuneração aos editores de imprensa aplicado na Itália é compatível com aquele europeu, "desde que a compensação se dê através de um contrato entre as partes que autorize a utilização das publicações online e que as editoras mantenham a liberdade de conceder ou negar esse uso, inclusive gratuitamente".

De acordo com a sentença, "essas obrigações, que reforçam a proteção das editoras, permitem estabelecer um equilíbrio justo entre a liberdade de atividade empresarial e os direitos de **propriedade intelectual**, bem como o direito à liberdade e ao pluralismo nos meios de comunicação".

"Iremos analisar a decisão em detalhes e vamos cooperar de forma construtiva quando o assunto retornar aos tribunais italianos", afirmou um porta-voz da Meta ao comentar a decisão do Tribunal da UE.

FMI e Banco Mundial fazem mal à saúde



Simplesmente Zico

Na coluna de ontem, abordamos os efeitos dos programas de ajuste estrutural (PAE) neoliberais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial na maioria dos países da Ásia, África e América Latina. Os impactos na saúde das populações não são menos graves.

No artigo que os pesquisadores Jason Hickel, Salmaan Keshavjee, Maxine Burkett, Eugene T. Richardson publicaram no BMJ Global Health, lê-se que revisão sistemática de evidências empíricas de 2017 demonstram que o ajuste estrutural imposto pelo FMI, Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento teve um forte impacto negativo na saúde materno-infantil.

"Por exemplo, estudos na África Subsaariana mostraram que o ajuste estrutural foi associado a 85,62 mortes infantis adicionais por 1.000 crianças e a 360 mortes maternas adicionais por 100.000 nascidos vivos."

Outros trabalhos constataram que os programas do FMI aumentam a mortalidade por doenças infecciosas e que o ajuste estrutural neoliberal também está associado a uma redução na taxa de melhoria da mortalidade adulta e, para os quintis mais pobres, a um aumento da mortalidade, em comparação com o período de 1960-1980.

Espaço Publicitário

Mesmo diante de mudanças no final da década de 1990, devido às críticas, os programas do FMI e do

Banco Mundial mantiveram os princípios fundamentais dos PAEs. Revisão global abrangendo o período de 1980 a 2014 constatou que as políticas continuaram a ter impactos negativos significativos no acesso ao sistema de saúde e na mortalidade neonatal.

Países submetidos a ajustes médios em 2010 veriam um declínio no acesso ao sistema de saúde para os níveis de 2002. No caso de PAEs com o número máximo de condições, o declínio ficaria abaixo dos níveis de 1980. Em termos de mortalidade neonatal, o programa médio do FMI gera 2,06 mortes adicionais por cada 1000 nascidos vivos, enquanto o número máximo de condições acarreta 9,49 mortes adicionais.

Segundo os autores do estudo, os programas de reduzem o investimento governamental em saúde, educação, nutrição e planejamento familiar; fecham instalações de saúde; reduzem o acesso a suprimentos; e limitam a contratação de pessoal essencial, como médicos e enfermeiros. Ao exigir que governos desvalorizem suas moedas, aumenta o custo de medicamentos, suprimentos médicos, alimentos e combustíveis importados.

Rápidas

Sessões gratuitas sobre cinema fantástico e de terror acontecerão no Cine Arte UFF, em Niterói, até junho. Em 22 de maio, 19h, será exibido o clássico O Saci, de Rodolfo Nanni *** O filme brasileiro A Versão da Lei, de Ninna Fachinello, estará em Cannes, 18 de maio, na seção First Look do VDF Showcase do Brasil, dentro do Marché du Film, o maior mercado de cinema do mundo *** Lu Carvalho se apresentará nesta sexta, 20h, no Teatro Bangu Shopping, com o espetáculo Beth 80 - Pelo Olhar de Lu Carvalho, a Sobrinha da Madrinha *** A edição 2026 da Rio Restaurant Week entra em campo de 21 de maio a 21 de junho, com o tema "A Cozinha dos Campeões" *** A fintech carioca Educaopen foi uma das premiadas no Bett Brasil EdTech Awards, premiação do setor educacional brasileiro que reconhece startups com soluções inovadoras *** O pianista Marvio Ciribelli receberá a

cantora Sheila Sá, domingo, 21h, no Beco das Garrafas *** O 46º Congresso Internacional de **Propriedade Intelectual** será realizado de 16 a 18 de agosto no Rio de Janeiro, com novo nome: Encon-

tro Global de Inovação e **Propriedade Intelectual** - **ABPI** 2026. As inscrições já estão abertas.

Fiesp e INPI assinam protocolo de intenções para fortalecer cooperação institucional



Parceria entre as entidades prevê ações voltadas à inovação, **propriedade industrial** e competitividade da indústria brasileira.

O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, recebeu no dia 6 de maio o presidente do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, Julio Cesar Mo-

reira, para a assinatura de um protocolo de intenções voltado ao fortalecimento da cooperação institucional entre as entidades.

A iniciativa dá continuidade à parceria entre a Fiesp e o **INPI**, que tem como objetivo ampliar o diálogo com o setor produtivo e promover ações voltadas ao fortalecimento da **propriedade industrial** no país. A cooperação terá foco em inovação, competitividade da indústria brasileira e na capacitação e conscientização sobre o uso estratégico da **propriedade intelectual**.

Como próximo passo, as instituições avançam na formalização de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT), que deverá prever a realização conjunta de estudos, palestras, encontros técnicos e reuniões com representantes da indústria para discussão de temas estratégicos ligados à **propriedade industrial**.

Índice remissivo de assuntos

ABPI	9,10
Denominação de Origem	1,2
Direitos Autorais	8
Marco regulatório INPI	1,2,6,7,11
Patentes	3,4,5
Propriedade Industrial	1,2,6,7,11
Propriedade Intelectual	1,2,4,5,8,9,10,11